

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;

Autopista Litoral Sul

arteris

Joinville, 25 de fevereiro de 2014

AUTOPISTA LITORAL SUL S/A

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

AUTOPISTA LITORAL SUL S/A

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
Joinville - SC

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Litoral Sul S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações

contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conclusão sobre as informações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Litoral Sul S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

Joinville, 20 de janeiro de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1 - S - SC

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - SC

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1SP 139268/O-6 - S - SC

Autopista Litoral Sul S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		31.12.2013	31.12.2012			31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.982	59.259	Empréstimos e financiamentos	12	24.600	16.376
Contas a receber	6	9.459	7.275	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	9.219	26.227
Contas a receber - partes relacionadas	15	638	653	Fornecedores	14	22.865	15.445
Estoques		242	369	Fornecedores - partes relacionadas	15	12.971	7.340
Despesas antecipadas		1.288	746	Obrigações sociais		5.539	4.157
Impostos a recuperar		4.346	838	Obrigações fiscais		3.484	3.250
Outros créditos		439	24	Contas a pagar - partes relacionadas	15	693	261
Total dos ativos circulantes		58.394	69.164	Cauções contratuais		9.896	8.153
				Taxa de fiscalização		729	686
				Dividendos propostos	18.b, 15	2.742	3.392
				Provisão para manutenção	16.2	-	3.796
				Provisão para investimentos	16.2	14.564	15.031
NÃO CIRCULANTES				Debêntures	13	(58)	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	13.096	16.674	Sinistros recebidos	17	29.009	35.324
Depósitos judiciais		3.207	41	Outras contas a pagar		231	261
Outras contas a receber		202	88	Total dos passivos circulantes		136.484	139.699
Imobilizado	9	2.561	2.101				
Intangível	10	975.598	714.088	NÃO CIRCULANTES			
Diferido	11	14.472	17.221	Empréstimos e financiamentos	12	399.167	317.811
Total dos ativos não circulantes		1.009.136	750.213	Debêntures	13	26.727	-
				Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	172.531	67.000
				Risco cíveis e trabalhistas	16	445	245
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	13.096	6.683
				Provisão para manutenção	16	38.924	22.056
				Provisão para investimentos	16	20.924	18.848
				Total dos passivos não circulantes		671.814	432.643
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a	221.253	217.862
				Reservas de lucros	18.b	37.979	29.173
				Total do patrimônio líquido		259.232	247.035
TOTAL DOS ATIVOS		1.067.530	819.377	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.067.530	819.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	458.105	370.934
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(383.325)	(313.890)
LUCRO BRUTO		<u>74.780</u>	<u>57.044</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(21.541)	(16.918)
Remuneração da Administração	15	(869)	(802)
Tributárias		(328)	(245)
Outras receitas operacionais, líquidas		550	1.052
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>52.592</u>	<u>40.131</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	3.850	10.407
Despesas financeiras	21	<u>(38.419)</u>	<u>(28.619)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.023	21.919
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(63)	(3.942)
Diferidos	23	(6.413)	(3.698)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>11.547</u>	<u>14.279</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A			
Participação de controladores		<u>11.547</u>	<u>14.279</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$		<u>0,0605</u>	<u>0,0758</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	Capital <u>social</u>	Reservas de lucros		Lucros <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2012		<u>97.741</u>	<u>1.197</u>	<u>17.089</u>	<u>-</u>	<u>116.027</u>
Aumento de capital		120.121	-	-	-	120.121
Lucro líquido do período		-	-	-	14.279	14.279
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	18.b	-	716	-	(716)	-
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	(3.392)	(3.392)
Retenção de lucros		-	-	10.171	(10.171)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>217.862</u>	<u>1.913</u>	<u>27.260</u>	<u>-</u>	<u>247.035</u>
Aumento de capital	18.a	3.391	-	-	-	3.391
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.547	11.547
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	18.b	-	577	-	(577)	-
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	(2.743)	(2.743)
Retenção de lucros		-	-	8.227	(8.227)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>221.253</u>	<u>2.490</u>	<u>35.489</u>	<u>-</u>	<u>259.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	11.547	14.279
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	19.386	20.709
Baixa de ativos permanentes	2	403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.413	3.698
Juros e variações monetárias de empréstimos	30.810	24.123
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.713	(2.568)
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	200	197
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	11.436	10.644
Constituição (reversão) de provisão para investimento	-	(339)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.169)	(2.005)
Estoques	127	(61)
Despesas antecipadas	(1.729)	52
Impostos a recuperar	(3.508)	(467)
Outros créditos	(533)	19
Depósitos judiciais	(3.166)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.217	84
Fornecedores - partes relacionadas	99	(77)
Cauções contratuais de fornecedores	6	(1.467)
Obrigações sociais	1.382	1.924
Obrigações fiscais	(785)	3.927
Outras contas a pagar	(10)	-
Taxa de fiscalização	43	40
Pagamento de juros	(29.811)	(21.667)
Pagamento IR e CS	-	(3.535)
Outros passivos	-	(550)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.670	47.359
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(549)	(647)
Aquisições de itens do intangível	(265.237)	(222.751)
Aplicação financeira vinculada	3.578	(16.674)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(262.208)	(240.072)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	139.568	101.753
Pagamentos	(45.409)	(1.087)
Empréstimos de empresas ligadas	80.000	-
Aumento de capital em espécie	-	115.000
Debêntures:		
Emissão de Debêntures	26.100	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	200.259	215.666
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(17.279)	22.953
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	59.259	36.306
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u>41.982</u>	<u>59.259</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	201.501	174.233
Receita dos serviços de construção	<u>274.499</u>	<u>212.857</u>
	476.000	387.090
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(43.639)	(38.609)
Custo dos serviços de construção	(274.499)	(212.857)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.301)	(12.029)
Custo da concessão	(13.029)	(13.124)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(11.437)	(10.642)
Outros	<u>(151)</u>	<u>(1.096)</u>
	(358.056)	(288.357)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>117.944</u>	<u>98.733</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(19.386)</u>	<u>(20.709)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	98.558	78.024
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3.850	10.407
Juros capitalizados	<u>5.771</u>	<u>5.560</u>
	9.621	15.967
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>108.179</u></u>	<u><u>93.991</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	16.278	13.430
Benefícios	5.440	4.104
FGTS	1.267	956
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	18.685	17.859
Municipais	10.097	8.675
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	21.121	15.949
Juros capitalizados	5.771	5.560
Aluguéis	711	592
Outras	5.938	4.407
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	11.324	8.180
Dividendos	2.742	3.392
Lucro do exercício	<u>8.805</u>	<u>10.887</u>
	<u><u>108.179</u></u>	<u><u>93.991</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Litoral Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Autopista Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 24 de abril de 2013 foi assinado aditivo contratual onde estende a cobertura de concessão em 23,64 km e promove a alteração da localização da praça de pedágio P5 situada no km 220 para o km 243 ambos no município de Palhoça/SC.

Em 17 de junho de 2013 a ANTT publicou a Resolução nº 4.122 de 12 de junho de 2013, que trata das questões relativas à transferência dessa praça de pedágio.

Considerando que o atraso na obtenção do licenciamento ambiental impediu a execução das obras necessárias para a transferência da Praça de Pedágio, a resolução aprova a suspensão da cobrança de pedágio pelo período de 1 (um) ano, entre 22 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, ou até que seja efetivada a sua transferência para a nova localização.

A suspensão da cobrança da praça de pedágio P5 não tem impacto material nas receitas consolidadas da Companhia (Arteris S.A.), sendo que as demais praças de pedágio da concessionária Autopista Litoral Sul permanecem atuando normalmente, sem alterações de cunho operacional ou tarifário.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pela concessionária decorrente do contrato de concessão é:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
<u>6.424</u>	<u>123.127</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- A concessionária deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- A concessionária assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- A concessionária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- A concessionária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- O estatuto social da concessionária previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$598.565 e R\$786.857 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$619.199 e R\$573.057 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que determinam que o seu reconhecimento deve ser efetuado no resultado, quando incorrido.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a

Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e Recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou

alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 09, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos

sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na

demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos do contrato. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos do contrato de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas

prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.205	15.673
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>14.564</u>	<u>15.031</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>641</u>	<u>642</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	-	3.923
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>-</u>	<u>3.796</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>127</u>

Não circulantes

Provisão para investimento em rodovias - real	26.457	26.457
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>20.924</u>	<u>18.848</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>5.533</u>	<u>7.609</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	49.443	29.617
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>38.924</u>	<u>22.056</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>10.519</u>	<u>7.561</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contrato de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº18.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11, e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 Acordos de participações	Requer o uso de método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e contas bancárias	2.293	2.374
Aplicações financeiras (*)	<u>39.689</u>	<u>56.885</u>
Total	<u>41.982</u>	<u>59.259</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Debêntures compromissadas	-	7.399
Fundos de investimentos	39.689	49.486
Total	<u>39.689</u>	<u>56.885</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 75,0% e 100,5% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	8.652	6.335
Cupons de pedágio a receber	806	922
Receitas acessórias a receber	<u>1</u>	<u>18</u>
Total	<u>9.459</u>	<u>7.275</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	198	
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	35.098	23.662
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquida	(78.655)	(44.448)
Ajuste dos encargos financeiros	4.734	1.021
Estorno de capitalização de juros	<u>108</u>	<u>108</u>
Base de cálculo	(38.517)	(19.657)
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(13.096)</u>	<u>(6.683)</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

	<u>R\$ mil</u>
2015	(509)
2016	(529)
2017	(551)
Após 2018	<u>(11.507)</u>
	<u>(13.096)</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2013, essas aplicações foram remuneradas em média a 99,12% da variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os saldos são R\$13.096 e R\$16.674 respectivamente, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 110% e 99,12% respectivamente, da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periférico</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Outras Imobilizações</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>802</u>	<u>409</u>	<u>70</u>	<u>673</u>	<u>-</u>	<u>735</u>	<u>39</u>	<u>2.728</u>
Adições	35	195	-	4	120	80	168	602
Transferências / Reclassificações	(142)	(26)	-	-	170	-	(39)	(37)
Alienações/baixas	<u>(1)</u>	<u>(210)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(214)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>694</u>	<u>368</u>	<u>70</u>	<u>677</u>	<u>290</u>	<u>812</u>	<u>168</u>	<u>3.079</u>
Adições	130	75	-	181	118	144	305	953
Transferências / Reclassificações	1	(166)	-	1	-	-	(248)	(412)
Alienações/baixas	<u>(2)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(29)</u>	<u>(41)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>823</u>	<u>273</u>	<u>70</u>	<u>855</u>	<u>407</u>	<u>955</u>	<u>196</u>	<u>3.579</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2011	<u>(159)</u>	<u>(317)</u>	<u>(31)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(264)</u>		<u>(788)</u>
Depreciações/amortizações	(79)	(168)	(15)	(22)	(7)	(62)		(353)
Alienações/baixas	<u>1</u>	<u>161</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>		<u>163</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>(237)</u>	<u>(324)</u>	<u>(46)</u>	<u>(39)</u>	<u>(7)</u>	<u>(325)</u>		<u>(978)</u>
Depreciações/amortizações	(77)	64	(12)	(27)	(18)	(75)		(145)
Transferências / Reclassificações	(15)	21	-	1	(17)	10		-
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>105</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(329)</u>	<u>(134)</u>	<u>(58)</u>	<u>(65)</u>	<u>(42)</u>	<u>(390)</u>		<u>(1.018)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2012	<u>457</u>	<u>44</u>	<u>24</u>	<u>638</u>	<u>283</u>	<u>487</u>	<u>168</u>	<u>2.101</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>494</u>	<u>139</u>	<u>12</u>	<u>790</u>	<u>365</u>	<u>565</u>	<u>196</u>	<u>2.561</u>
Taxas de depreciação - %	10	20	20	10	10	20	-	-

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2011	<u>372.883</u>	<u>2.910</u>	<u>142.362</u>	<u>48</u>	<u>518.203</u>
Adições	125.993	98	107.691	846	234.628
Transferências/Reclassificações	67.468	-	(67.431)	-	37
Alienações/baixas	<u>(307)</u>	-	<u>(45)</u>	-	<u>(352)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>566.037</u>	<u>3.008</u>	<u>182.577</u>	<u>894</u>	<u>752.516</u>
Adições	60.413	533	217.144	(442)	277.648
Transferências/Reclassificações	38.689	180	(38.457)	-	412
Alienações/baixas	<u>(58)</u>	-	-	-	<u>(58)</u>
Saldo em 31.12.2013	665.081	3.721	361.264	452	1.030.518
 <u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2011	<u>(19.524)</u>	<u>(1.297)</u>	-	-	<u>(20.821)</u>
Amortização	<u>(17.016)</u>	<u>(591)</u>	-	-	<u>(17.607)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>(36.540)</u>	<u>(1.888)</u>	-	-	<u>(38.428)</u>
Amortização	<u>(15.846)</u>	<u>(646)</u>	-	-	<u>(16.492)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(52.386)</u>	<u>(2.534)</u>	-	-	<u>(54.920)</u>
 <u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2012	<u>529.497</u>	<u>1.120</u>	<u>182.577</u>	<u>894</u>	<u>714.088</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>612.695</u>	<u>1.187</u>	<u>361.264</u>	<u>452</u>	<u>975.598</u>

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	<u>746</u>	<u>746</u>
	27.451	27.451
	<u>(12.979)</u>	<u>(10.230)</u>
Amortização acumulada	<u>14.472</u>	<u>17.221</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantim (b)	TJLP + 2,6% a.a.	-	147
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	<u>24.600</u>	<u>16.229</u>
		<u>24.600</u>	<u>16.376</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	<u>399.167</u>	<u>317.811</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

(b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$</u>
2015	49.159
2016	27.297
2017	30.819
2018	33.246
Após 2019	<u>258.646</u>
	<u>399.167</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.

- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
- 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.
- 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
- 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e exposto consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.

- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Estão representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	07/2015		26.756
Custo de transação				(58)	(29)
Total				(58)	26.727

(a) 1ª emissão de debêntures de 04/10/2013 de 2.610 debêntures com valor real unitário de R\$ 10.000,00 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor real em 31.12.2013</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão	04.10.2013	26.756	09.10.2013	26.100

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga em única parcela na data de vencimento do contrato.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$22.865 (R\$15.445 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo circulante:		
<u>Partes Relacionadas:</u>		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (c)	496	496
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>142</u>	<u>157</u>
	<u>638</u>	<u>653</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores partes relacionadas		
<u>Controlador:</u>		
Arteris S.A. (a)	693	261
<u>Partes Relacionadas:</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	12.971	6.516
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>-</u>	<u>824</u>
	<u>12.971</u>	<u>7.340</u>
Transações com partes relacionadas		
<u>Controlador:</u>		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	9.626	26.227
Custo na Transação (d)	<u>(407)</u>	<u>-</u>
	<u>9.219</u>	<u>26.227</u>
Distribuição de Dividendos		
<u>Controlador:</u>		
Arteris S.A.	<u>2.742</u>	<u>3.392</u>
Passivo não circulante:		
<u>Controlador:</u>		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	173.227	67.000
Custo na Transação (d)	<u>(696)</u>	<u>-</u>
	<u>172.531</u>	<u>67.000</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.12.2013</u>			<u>31.12.2012</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas administrativas</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas administrativas</u>
Arteris S.A. (a)	-	11.325	2.725	-	8.179	1.390
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	-	-	-	(408)	-	-
Vianorte S.A. (a)	-	-	1	-	-	-
Autovias S.A. (a)	-	-	1	-	-	-
Intervias S.A. (a)	-	-	1	-	-	-
Autopista Fluminense S.A.	-	-	2	-	-	-
Autopista Régis Bittencourt S.A.	-	-	1	-	-	-
Latina Sinalização Ltda.	-	-	(1)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>1.188</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>147</u>	<u>11.325</u>	<u>2.697</u>	<u>780</u>	<u>8.179</u>	<u>1.390</u>

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) IOF sobre a transação de mútuo a ser apropriado pelo tempo do contrato.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
04/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.998	5.566
17/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.498	6.957
29/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.999	2.783
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.997	11.132
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.998	8.349
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.996	13.914
28/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.996	13.914
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.498	6.957
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	17.000	25.493	23.655
10/06/2013	Junho de 2016	CDI + 1,700% a.a.	15.000	15.756	-
10/09/2013	Setembro de 2016	CDI + 1,700% a.a.	30.000	30.856	-
07/10/2013	Outubro de 2016	CDI + 1,700% a.a.	<u>35.000</u>	<u>35.768</u>	-
			<u>112.000</u>	<u>182.853</u>	<u>93.227</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a sociedade reconheceu o montante de R\$869 (R\$802 em 31 de dezembro de 2012), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.390 e R\$1.485.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex- empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis e trabalhistas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são conforme segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	245	281	-	(140)	-	386
Trabalhistas	-	68	=	(9)	=	59
Total	<u>245</u>	<u>349</u>	=	<u>(149)</u>	=	<u>445</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2012</u>
Cíveis	48	197	-	-	-	245
Total	<u>48</u>	<u>197</u>	=	=	=	<u>245</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$209 e R\$77, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$208, R\$36 respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2012	3.796	15.031	22.056	18.848
Adições	(990)	-	12.426	-
Utilizações	-	(467)	-	(1)
Ajuste a valor presente	57	-	1.579	2.077
Transferências	<u>(2.863)</u>	-	<u>2.863</u>	-
Saldos em 31.12.2013	<u>-</u>	<u>14.564</u>	<u>38.924</u>	<u>20.924</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2011	789	23.932	12.285	52
Adições	2.213	14.936	10.565	(4.702)
Utilizações	-	(339)	-	-
Transferências	<u>794</u>	<u>(23.498)</u>	<u>(794)</u>	<u>23.498</u>
Saldos em 31.12.2012	<u>3.796</u>	<u>15.031</u>	<u>22.056</u>	<u>18.848</u>

Não foram realizadas manutenções no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$29.009 (R\$35.324 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$221.253 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$217.862 e está representado por 190.855 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e 188.335 em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes en Brasil S.L.	<u>190.854.749</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2012</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes en Brasil S.L.	188.335.403	99,999998
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,000002</u>
Total	<u>188.335.406</u>	<u>100,00</u>

Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 23 de abril de 2013, aumento de capital social, mediante a capitalização de lucros, no valor de R\$3.391, passando o capital social a R\$221.253 dividido em 190.855 ações ordinárias, sem emissão de novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro líquido do exercício	11.547	14.280
Reserva legal de 5%	(577)	(716)
Base de cálculo	<u>10.970</u>	<u>13.564</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>2.742</u>	<u>3.391</u>

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, totalizando R\$2.742 mil a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$3.392 em 31 de dezembro de 2012).

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita de serviços prestados	196.335	174.050
Receita de serviços de construção	274.499	212.858
Outras receitas	<u>5.166</u>	<u>182</u>
	<u>476.000</u>	<u>387.090</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita bruta	476.000	387.090
ISSQN	(10.097)	(8.675)
PIS	(1.361)	(1.534)
COFINS	(6.286)	(4.852)
Outras deduções	<u>(151)</u>	<u>(1.095)</u>
Receita líquida	<u>458.105</u>	<u>370.934</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Custos:		
Custo de construção	(274.499)	(212.858)
Com pessoal	(16.681)	(14.538)
Serviços de terceiros	(27.834)	(24.152)
Depreciação / amortização	(18.525)	(19.872)
Seguros / garantias	(2.679)	(3.198)
Conservação	(10.690)	(10.188)
Provisão de Manutenção em rodovias	(11.437)	(10.643)
Taxa fiscalização	(8.673)	(8.163)
Outros	<u>(12.307)</u>	<u>(10.278)</u>
Total	<u>(383.325)</u>	<u>(313.890)</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Despesas:		
Com pessoal	(9.632)	(6.657)
Serviços de terceiros	(5.360)	(5.274)
Depreciação / amortização	(861)	(837)
Alugueis Imóvel	(540)	(511)
Consumo	(4.432)	(3.138)
Outras despesas	<u>(716)</u>	<u>(501)</u>
Total	<u>(21.541)</u>	<u>(16.918)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	3.850	2.945
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>7.462</u>
Total receitas	<u>3.850</u>	<u>10.407</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(32.445)	(24.132)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(3.713)	(4.077)
Outras despesas	<u>(2.261)</u>	<u>(410)</u>
Total despesas	<u>38.419</u>	<u>28.619</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	7.520	(8.664)
Integralização de Capital	3.391	5.121
Juros Capitalizados	5.771	5.560
Aumento de capital com créditos capitalizados	-	1.164

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.023	21.919
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(6.128)	(7.452)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	(348)	(238)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	-	<u>50</u>
Despesa contabilizada	<u>(6.476)</u>	<u>(7.640)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(63)	(3.942)
Diferidos	(6.413)	(3.698)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Até a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

24. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do exercício	11.547	14.279
Número de ações durante o ano	<u>190.855</u>	<u>188.335</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,06</u>	<u>0,08</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	11.547	14.279
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>190.855</u>	<u>188.335</u>
Lucro por ação - diluído	<u>0,06</u>	<u>0,08</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	41.982	59.259
Partes relacionadas	638	653
Contas a receber	9.459	7.275

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	22.865	15.445
Empréstimos e financiamentos	423.767	334.187
Debêntures	26.669	-
Partes relacionadas	195.414	100.828
Credores pela concessão	729	686
Outras contas a pagar	29.240	35.585

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	<u>11,00%</u>	<u>13,75%</u>	<u>16,50%</u>	<u>8,25%</u>
Juros a incorrer (*)	(23.057)	(28.821)	(34.585)	(17.293)
Receita de aplicações financeiras	5.864	7.331	8.797	4.398
TJLP	<u>5,00%</u>	<u>6,25%</u>	<u>7,50%</u>	<u>3,75%</u>
Juros a incorrer (*)	(21.384)	(26.730)	(32.076)	(16.038)
Juros a Incorrer Líquido	(38.577)	(48.220)	(57.864)	(28.933)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$7.336 e R\$6.335, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2018 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	1,40	-	26.726	-	-	-	-	26.726
BNDDES	7,32	<u>24.193</u>	<u>22.433</u>	<u>27.297</u>	<u>30.819</u>	<u>33.246</u>	<u>284.677</u>	<u>422.665</u>
Total		<u>24.193</u>	<u>49.159</u>	<u>27.297</u>	<u>30.819</u>	<u>33.246</u>	<u>284.677</u>	<u>449.391</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	32.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 222), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

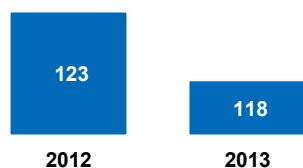
Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais - P1	Km 637+600 BR 376	1,70
Praça de pedágio de Garuva - P2	Km 001+350 BR 101	1,70
Praça de pedágio de Araquari - P3	Km 079+400 BR 101	1,70
Praça de pedágio de Porto Belo - P4	Km 159+000 BR 101	1,70
Praça de pedágio de Palhoça - P5	Km 220+950 BR 101	1,70

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

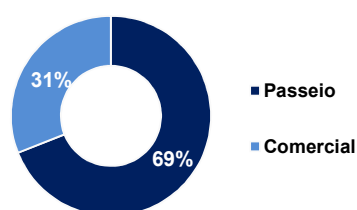
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou R\$118 milhões de veículos equivalentes em 2013, uma redução de 4,1% quando comparado ao exercício anterior. Essa redução é decorrente da suspensão da arrecadação da praça de pedágio de Palhoça/SC (P5), onde a P5 está sendo transferida do km 221 para o km 243 ainda no município de Palhoça/SC e divisa com o município de Paulo Lopes/SC.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



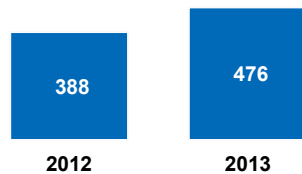
Composição do Tráfego
Ano 2013



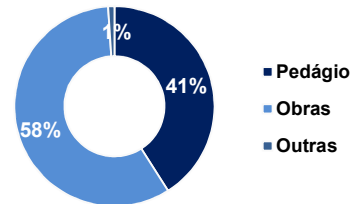
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$476 milhões em 2013, com crescimento de 18,5% em relação aos R\$387 milhões registrados em 2012.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2013



A receita de pedágio cresceu 12,8%, passando de R\$174,1 milhões em 2012 para R\$196,3 milhões em 2013. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste de 11,8% da tarifa básica praticada, com base no IPCA acumulado entre os meses de março de 2012 e fevereiro de 2013 e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato devido o crescimento de custos e investimento, conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$61,7 milhões (29,0%), passando de R\$212,9 milhões em 2012 para R\$274,5 milhões em 2013. Esse aumento foi ocasionado pelo maior volume de obras executadas em atendimento ao cronograma previsto em contrato.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$5,2 milhões em 2013.

No ano de 2013, a Companhia obteve receita líquida de R\$458,1 milhões, R\$87,2 milhões superior ao ano de 2012.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Custo dos serviços de construção	(274,5)	(212,9)	28,9%
Serviços de terceiros	(33,2)	(29,5)	12,5%
Pessoal	(26,3)	(21,2)	24,1%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(11,5)	(11,0)	4,5%
Conservação	(14,2)	(10,2)	39,2%
Verba de fiscalização	(8,7)	(8,2)	6,1%
Seguros e garantias	(2,7)	(3,2)	-15,6%
Remuneração da Administração	(0,9)	(0,8)	12,5%
Consumo	(8,3)	(6,4)	29,7%
Outros	(5,8)	(6,7)	-13,4%
Custos e despesas	(386,1)	(310,1)	24,5%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 24,5% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Aumento de R\$0,5 milhões em “Provisão para Manutenção em Rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 6,8% e: (i) compra de uniformes, (ii) aumento na contratação de mão-de-obra temporária para o período sazonal de verão.
- Redução de R\$500 mil na rubrica “Seguros e Garantias” em função da renovação de seguros de riscos nomeados e operacionais com vigência superior a 12 meses.
- Aumento de R\$3,7 milhões nos custos com “Serviços de Terceiros” devido ao aumento dos custos das conservações rotineiras para cumprimento dos parâmetros exigidos contratualmente, além dos reajustes anuais dos contratos de prestação de serviços.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita líquida	458,0	371,0	23,5%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(386,1)	(310,1)	24,5%
EBITDA	71,9	60,9	18,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11,5	10,6	8,5%
EBITDA Ajustado	83,4	71,5	16,6%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2013 em R\$83,4 milhões, com um aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	3,8	10,4	-63,5%
Despesas Financeiras	(38,4)	(28,6)	34,3%
Resultado Financeiro Líquido	(34,6)	(18,2)	90,1%

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$34,6 milhões, 90,1% maior em relação ao ano de 2012.

Em 2013 as receitas financeiras apresentaram uma redução de R\$6,6 milhões relação ao ano anterior, que correspondeu a R\$3,8 milhões, essa redução nas receitas financeiras é devido a ajustes na provisão de obras futuras provenientes da revisão do cronograma de obras realizado em 2012.

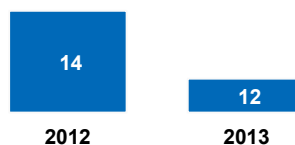
As despesas financeiras sofreram um aumento de R\$9,8 milhões (34,3%) em consequência de novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES.

Lucro Líquido

Apesar do aumento da receita em função do reajuste da tarifa e do aumento do tráfego a companhia encerrou o exercício de 2013 com lucro líquido de R\$11,5 milhões, com decréscimo de 19,1% em comparação ao exercício de 2012. Os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: aumento no valor depreciado, devido ao aumento das obras que entraram em operação no exercício de 2013 e as demais variações já comentadas anteriormente.

Lucro Líquido (R\$ milhões)

Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
Dívida Bruta	450,5	334,2	34,8%
Curto Prazo	24,6	16,4	50,0%
Longo Prazo	425,9	317,8	34,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	55,1	75,9	-27,4%
Dívida Líquida	395,4	258,3	53,1%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$ 450,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 116,3 milhões (34,8%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida bruta resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e emissão de debêntures que ocorreu em 09/10/2013 no valor de R\$ 26,1 milhões.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2013 em R\$395,4 milhões, apresentando aumento de R\$137,1 milhões em relação ao montante de R\$258,3 milhões registrado no encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 4,74 vezes.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$265,8 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) Execução de Passarelas sobre Pista Dupla; (ii) Implantação de Ruas Laterais; (iii) Implantação de terceiras faixas; e (IV) Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2013	2012
Empregos Diretos	578	576
Rotatividade	3,36%	22,74%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 53,98% de mulheres, contra 46,02% de homens. A média de idade está concentrada em 31 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 54,49% dos profissionais. Vale mencionar que 11,24% possuem superior completo.

Ao longo de 2013, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 14.962 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 27,15 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Litoral Sul tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente.

Educação

O Projeto Viva Meio Ambiente, desenvolvido desde 2009, tem como proposta promover ações de conscientização ambiental junto a professores e alunos de escolas dos municípios localizados às margens do trecho administrado pela Concessionária, formado

pelo Contorno Leste de Curitiba (BR-116) e pelas BRs 376 e 101, entre Curitiba (PR) e Palhoça (SC). Temas relacionados à preservação do meio ambiente são trabalhados em atividades como dinâmicas de grupo, exercícios, musicalização, oficinas. Os participantes recebem também material educativo para repassar a outros educadores e trabalhar com alunos em sala de aula.

No ano de 2013, o projeto obteve o envolvimento direto de 17 escolas participantes, 35 pessoas envolvidas, dentre Coordenadores, Professores e Secretaria de Educação, e mais de 8.000 alunos beneficiados com o programa.

Também foram desenvolvidos outros programas em 2013: Viva Motorista (desde 2010 tivemos 1501 atendimentos); Viva Ciclista (desde 2012 tivemos 73 atendimentos) e Passarela Viva (desde 2012 tivemos 307 atendimentos).

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores

Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo
Diretor Presidente

Paulo Mendes Castro
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Contador

Adriano Pelek
CRC - PR 048770/O-0

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro